

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° . DE 2022. (Do Sr. Marco Bertaiolli)

> Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com objetivo de debater os Projetos de Lei nº 4.104/2015 e PL nº 5.639/2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos Artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública virtual, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com vistas a debater o Projeto de Lei nº 4.104, de 2015, que estabelece "novos percentuais de destinação dos recursos da Timemania para o setor saúde (Santas Casas de Misericórdia, de entidades hospitalares sem fins lucrativos), inclusive para a saúde bucal", e o Projeto de Lei nº 5.639, de 2016, que "dispensa as entidades privadas filantrópicas e sem fins lucrativos do pagamento de juros e multa de mora decorrentes de débitos tributários para com a União quando ocorrer atraso no pagamento dos serviços prestados por aquelas entidades junto ao SUS", de autoria do nobre deputado Antônio Brito.

Para tanto, requeiro a participação de representantes das seguintes instituições interessadas:

- 1. Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- 2. Do Ministério da Economia;



- 3. Da Confederação Santas Hospitais das Casas Filantrópicos:
- 4. Do Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo, Dr. Edson Rogatti.

## JUSTIFICAÇÃO

As Santas Casas da Misericórdia, entidades que existem no Brasil desde os tempos do Império, prestam inestimável contribuição social ao País, cuidando de enfermos, amparando crianças e idosos, sendo responsáveis, hoje, por mais de 50% de toda a assistência prestada pelo SUS e seus parceiros.

Contudo, a situação econômica dessas entidades beneficentes é, em geral, periclitante, sofrendo constantes limitações na sua prestação de serviços, demitindo servidores, ameaçando a eficiência da prestação dos serviços de assistência social e saúde do País. Tudo isso porque não foi constituída, até hoje, uma política pública clara que definisse o papel do Estado para a mantença dessas instituições.

Devido a isso, todos os anos, são inúmeras as proposições que buscam paliativos para o sufoco das Santas Casas. Por exemplo, em fevereiro de 2022, o Deputado Antônio Brito apresentou o Projeto de Lei nº 58/2022, que garantia às Santas Casas, durante o tempo que perdurassem os efeitos da pandemia de Covid, o repasse integral de valores financeiros contratualizados no âmbito do SUS, a despeito do cumprimento de metas qualitativas e quantitativas. Essa medida foi aprovada e hoje já é lei.

O mesmo parlamentar apresentou o PL nº 5.639/2016, que, por questão de equidade e justiça, isenta as Santas Casas de pagamento de

[LRCX1] Comentário: Decla prejudicado em face da apro<del>vação</del>o em Plenário do Substitutivo Projeto de Lei 2.753, de 202 adotado pelo Relator da Cornissão∞ de Seguridade Social e Fam (Sessão Deliberativa Extraor Virtual de 15/03/2022 – 13h 16ª Sessão).



juros e multa de mora decorrentes de débitos tributários federais, quando ocorrer atraso no pagamento dos serviços prestados por aquelas entidades junto ao SUS.

Contudo, essas medidas não são suficientes para contornar a situação econômica desgastada das entidades em questão. Pretende-se discutir, nesta Comissão, a possibilidade de se constituir linha de crédito junto ao BNDES para possibilitar às Santas Casas a substituição de eventuais dívidas que se acumulem por uma única dívida com o BNDES, a juros menores.

Dessa forma, por acreditarmos que esse é um tema relevante, solicitamos aos senhores pares que aprovem nosso requerimento.

Sala das sessões, 29 de abril de 2022.

## **MARCO BERTAIOLLI**

**Deputado Federal** 

PSD/SP



